

ANCESTRALIDADE, TRAJETÓRIAS E RESISTÊNCIAS: conflitos ambientais em Rio dos Cachorros, São Luís-MA

ANCESTRY, TRAJECTORIES AND RESISTANCES: environmental conflicts in Rio dos Cachorros, São Luís-MA

ASCENDENCIA, TRAYECTORIAS Y RESISTENCIAS: conflictos ambientales en Rio dos Cachorros, São Luís-MA

Tayanná Santos Conceição de Jesus¹

Horácio Antunes de Sant'Ana Júnior²

Resumo

O presente artigo busca demonstrar as distintas estratégias de resistências formuladas no povoado Rio dos Cachorros, situado na Zona Rural de São Luís – MA, a fim de garantir a salvaguarda territorial, haja vista a constante ameaça de grandes empreendimentos à permanência da comunidade desde os anos 1970. A partir dessas estratégias executadas pelos membros da comunidade, em relação também aos doze povoados da auto-intitulada Reserva Extrativista de Tauá-Mirim, apresentamos ainda dados de ocupação territorial de Rio dos Cachorros, como forma de verificar sua existência mais recuada no tempo, a partir de cruzamento de dados proveniente de documentação escrita e oral, como entrevistas, cartografia, documentação histórica e bibliografia.

Palavras-chave: Rio dos Cachorros. Ancestralidade. Resistência.

Abstract

This article seeks to demonstrate the different built resistance strategies formulated in the village Rio dos Cachorros, located in São Luís - MA Rural Zone, in order to ensure territorial protection, given the constant threat of large enterprises to its permanence since the 1970s, from these strategies performed by community

1 Mestranda em História, bacharela em História, vinculada ao Programa de Pós-graduação em História Social (PPGHIS) e ao Grupo de Estudos: Desenvolvimento, Modernidade e Meio Ambiente (GEDMMA). E-mail: santostaay@gmail.com; endereço para correspondência: Rua Oliveira Lima, nº 239 – Lira, CEP 65026-060 – São Luís-MA.

2 Doutor em Sociologia, professor da Universidade Federal do Maranhão, vinculado ao Departamento de Sociologia e Antropologia (DESOC), ao Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais (PPGCSoc), ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas (PPGPP) e coordenador do Grupo de Estudos: Desenvolvimento, Modernidade e Meio Ambiente (GEDMMA). E-mail: horacioantunes@uol.com.br; endereço para correspondência: Rua do Apicum, nº 246, Apto. 605 – Apicum, CEP: 65025-070 – São Luís-MA..

members, in relation also to the twelve communities from self-titled Extractive Reserve of Tauá-Mirim, also present data territorial occupation of Rio dos Cachorros, in order to verify its rearmost existence in time, from crossing data from oral and written documentation, such as interviews, mapping, documentation, history and literature.

Keywords: Rio dos Cachorros. Ancestry. Resistance.

Resumen

Este artículo pretende demostrar las diferentes estrategias de resistencia construidas en el poblado Rio dos Cachorros, que se encuentra en la Zona Rural de São Luís – MA, con el fin de garantizar la protección territorial, dada la constante amenaza de las grandes empresas para su permanencia hasta 1970. A partir de estas estrategias llevadas a cabo por miembros de la comunidad, en relación también a las doce comunidades de la auto intitulada Reserva Extractiva de Tauá-Mirim, presentamos también datos de la ocupación territorial de Rio dos Cachorros, con el fin de verificar su existencia lejos en el tiempo, a partir del cruzamiento de datos de la documentación escrita y oral, tales como entrevistas, cartografía, documentación histórica y literatura.

Palabras clave: Rio dos Cachorros. Ascendencia. Resistencia.

1 CONFLITOS AMBIENTAIS EM SÃO LUÍS: primeiras aproximações

Este artigo é um dos resultados obtidos a partir da execução da pesquisa monográfica *Violência, memória e resistência: análise do conflito pela terra em Rio dos Cachorros, São Luís – MA (1970-2013)*, defendida em julho de 2014, no curso de Bacharelado em História (UFMA). A monografia, por sua vez, também foi resultado da pesquisa de iniciação científica *Análise dos conflitos socioambientais em torno da constituição da Reserva Extrativista de Tauá-Mirim*, que originou três relatórios em 2011, 2012 e 2013, cuja consecução e efetivação se deram no âmbito dos estudos do GEDMMA (Grupo de Estudos: Desenvolvimento, Modernidade e Meio Ambiente), vinculado aos Programas de Pós-graduação em Ciências Sociais (PPGCSoc) e Políticas Públicas (PPGPP) desta mesma universidade.

No presente trabalho, nosso foco se dará em torno dos processos de resistência do povoado Rio dos Cachorros, situado na Zona Rural de São Luís, e também em um dos povoados componentes da auto-instituída, desde maio de 2015, Reserva Extrativista (RESEX) de Tauá-Mirim. Naquela região, os conflitos por terra e pelo acesso aos recursos se dão envolvendo três grupos distintos: comunidades, empresas e governos, com seus respectivos representantes. Para um mesmo

território são imputadas diferentes determinações, ou *vocações*, termo que tem sido comumente utilizado, sobretudo por representantes governamentais e empresariais. Desta forma, naquela região se configurou ao longo dos anos o que Acselrad (2004, p. 26) compreende como *conflitos ambientais*:

[...] são aqueles envolvendo grupos sociais com modos diferenciados de apropriação, uso e significação do território, tendo origem quando pelo menos um dos grupos tem a continuidade das formas sociais de apropriação do meio que desenvolvem ameaçadas por impactos indesejáveis – transmitidos pelo solo, água, ar ou sistemas vivos – decorrentes do exercício das práticas de outros grupos.

Cada grupo formula distintas estratégias, visando conquistar seus intentos em relação ao território. E são estas ferramentas específicas que enfocaremos neste artigo, observando mais diretamente uma destas estratégias formuladas no povoado Rio dos Cachorros. Metodologicamente, utilizamos as ferramentas da História Oral para a realização de entrevistas, trabalho de campo, análise de dados e revisão bibliográfica interdisciplinar, adentrando em campos do saber diversos, como a História, a Antropologia, a Sociologia e a Geografia. Inicialmente, é necessário fazer um breve histórico dos conflitos na região, a fim de situar o leitor no atual contexto de Rio dos Cachorros. Os conflitos diversos na Zona Rural de São Luís apareceram com maior incidência em meados dos anos 1970, período em que ocorreram as primeiras investigações por parte do governo federal e do estadual a fim de se implementar em projetos de desenvolvimento na região, considerada naquele momento como *vazio demográfico de vocação natural* para a industrialização. Em 1980, por meio de decreto presidencial, é criado o Programa Grande Carajás (PGC) que, fora considerado um dos maiores programas de desenvolvimento do mundo. Gistelinck (1988, p. 54) dá conta da abrangência do projeto, afirmando que: “Carajás, uma área de aproximadamente 100 km de diâmetro, situada no Sul do Pará [...] é a maior reserva de minério de ferro encontrada no mundo [...]. Essa área de riquezas minerais imensas, a ferrovia de 890 km e o sistema portuário da Ponta da Madeira em São Luís do Maranhão formam uma artéria, que dará sangue novo, vida nova para a vasta região do Pará, do Maranhão e de Goiás”. Este autor era otimista quanto aos benefícios do PGC, embora tenha apontado também os desdobramentos catastróficos em relação à desigualdade social proveniente dos grandes projetos. Este programa afetou gravemente vários grupos em todo o Maranhão, como povos indígenas, quilombolas e extrativistas, não excluindo a Zona Rural de São Luís.

Para esta região convergiram empresas, portos, ferrovia e rodovias, desarticulando lógicas e modos de produção locais. Mais de trinta anos depois (o PGC é da década de 1980), os resultados são os piores possíveis: concentração de renda e de poder político, degradação ambiental alavancada e muitos problemas sociais que, recentemente, foram relatados e debatidos no *Seminário Internacional Carajás 30 anos*, ocorrido no período de 5 a 9 de maio de 2014, na UFMA. Uma síntese desta problemática encontra-se no documentário *A peleja do povo contra o dragão de ferro*, de Murilo Santos (2013), feito com depoimentos e dados de pesquisadores, militantes e atingidos, com o objetivo de ser uma síntese dos debates ocorridos no Seminário³.

Em meados dos anos 1990, afetadas pelos grandes projetos, comunidades da região passam a buscar estratégias de resistência a seu desmantelamento e deslocamento compulsório⁴, realidade que passa a ser constante no Estado. Nesse período, a partir da observação e contato com outros grupos que empreenderam lutas a fim de resistir a projetos parecidos em outras partes do Brasil, como os seringueiros no Acre, doze comunidades da Zona Rural – Taim, Rio dos Cachorros, Vila Maranhão, Limoeiro, Cajueiro, Jacamim, Portinho, Embaubal, Ilha Pequena, Porto Grande, Amapá, Tauá-Mirim – buscam a criação de um espaço protegido legalmente que lhes permitisse a continuidade de seus modos de vida, aliada à proteção ambiental⁵. A partir desse momento, inicia-se a mobilização para a criação da RESEX de Tauá-Mirim, modalidade de unidade de conservação prevista pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) (SANT'ANA JÚNIOR et al., 2009).

3O filme pode ser visto na íntegra no endereço <https://www.youtube.com/watch?v=o-bZvgk50NI>.

4Operamos com duas noções de *deslocamento compulsório* complementares. A primeira, elaborada por Almeida (1996, p. 30), afirma que deslocamento compulsório é “o conjunto de realidades factuais em que pessoas, grupos domésticos, segmentos sociais e/ou etnias são obrigados a deixar suas moradias habituais, seus lugares históricos de ocupação imemorial ou datada, mediante constrangimentos, inclusive físicos, sem qualquer opção de se contrapor e reverter os efeitos de tal decisão, ditada por interesses circunstancialmente mais poderosos”. Magalhães (2009,15) complementa essa noção afirmando que é “o processo pelo qual, determinados grupos sociais, em circunstâncias sobre as quais não dispõem de poder de deliberação, são obrigados a deixar ou a transferir-se de suas casas e/ou de suas terras”. Outros termos também são aplicados nesse contexto, como “relocação, migração forçada, reassentamento, transferência de população, remanejamento, deslocamento forçado”, entre outros. A autora enfatiza que estes termos não possuem neutralidade e muitas vezes obscurecem as determinações específicas deste processo social, contribuindo para o reforço de sua ambigüidade.

5Inicialmente apenas algumas comunidades da Ilha do Maranhão participaram do processo. As demais incorporaram-se nas discussões posteriormente, entrando no laudo do IBAMA revisado em 2006.

Em 2004, contudo, o então governo estadual projetou a constituição de um Polo Siderúrgico na região da Zona Rural⁶, operando com a ideia constante de vazio demográfico com vocação natural para a industrialização, sinônimo de *desenvolvimento*. Naquele período, estando articuladas em prol da criação da RESEX de Tauá-Mirim e tendo a experiência de vários deslocamentos e também muitas resistências, as comunidades da Zona Rural de São Luís passam a lutar para que o projeto desenvolvimentista não vingasse na região, afirmando seu projeto alternativo enquanto RESEX. O Polo Siderúrgico não foi constituído, após ampla resistência de comunidades e outros setores sociais, como universidades, pastorais, sindicatos, ONGs e profissionais liberais, mas a implantação de empresas na região continuou à revelia dos posicionamentos e embates travados pelos moradores locais (SANT'ANA JÚNIOR et al., 2009).

Desde 2007, ano em que foi concluído o laudo do IBAMA favorável à criação da referida reserva (IBAMA, 2007), o processo continuou tramitando, chegando ao ano de 2013 sem ainda haver uma resposta favorável à sua constituição. O governo estadual de então chegou a pronunciar-se contrariamente, por meio de carta enviada ao Ministério do Meio Ambiente, utilizando-se do mesmo argumento de pretensa vocação natural para o desenvolvimento que teria aquela região, por conta de sua proximidade estratégica à Estrada de Ferro Carajás (EFC), à BR-135 aos Portos do Itaqui e da Ponta da Madeira, que constituem uma rota de escoamento de mercadorias para o exterior. Frente a essa conjuntura política desfavorável, os membros das comunidades, em assembléia popular no ano de 2015, decidiram se autoinstituírem enquanto RESEX, não esperando mais pela posição do governo, já que todos os procedimentos para a criação da reserva já foram cumpridos, faltando apenas uma carta de anuência de cunho político emitida pelo governo estadual.

Este é o contexto conflituoso em que se insere o povoado Rio dos

⁶Naquele período ocorreram modificações e tentativas de modificações do zoneamento municipal a fim de possibilitar a construção de empreendimentos industriais em área rural. De acordo com Carvalho (2009), até o momento de possibilidade de implantação do Polo Siderúrgico ocorreram três tentativas de transformação da Zona Rural em Zona Industrial: a primeira em 2004, quando ocorreu a alteração do perímetro do Distrito Industrial de São Luís (DISAL); a segunda em 2005, quando houve a alteração da Lei de Zoneamento, Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo de São Luís; a terceira no momento da reformulação do Plano Diretor, em 2006. Estas três alterações visavam transformar grande parte da área rural de São Luís em área industrial, respondendo a pressões diretas de agentes empresariais, com grande apoio do aparato público, colocadas acima dos interesses da população em geral.

Cachorros, uma das comunidades que encabeçou o processo de demanda de criação da RESEX desde os momentos iniciais, juntamente a Taim, Cajueiro e outras. Ao longo desses anos, várias lideranças foram surgindo, como Alberto Cantanhede, conhecido como Beto do Taim; Rosana Mesquita, do Taim; Clóvis Amorim, do Cajueiro; e Maria Máxima Pires, a Dona Máxima de Rio dos Cachorros. Cada povoado possui suas especificidades e conflitos, e focaremos nosso trabalho na maneira como grupos de pessoas em Rio dos Cachorros respondem às investidas contrárias à sua permanência naquele território, formulando estratégias próprias de resistência.

2 TRÊS ESTRATÉGIAS DE RESISTÊNCIA

A tipologia *população tradicional* era empregada já nos primeiros debates sobre a possibilidade da instalação de uma Reserva Extrativista, tornando-se mais forte ao longo dos anos, por conta, também, da maior inserção de lideranças em movimentos sociais e sua participação em eventos e cursos de capacitação. Nesse sentido, no interior da construção de uma identidade comum – extrativista –, estavam em jogo temas subjacentes à ancestralidade, como a memória coletiva e a individual⁷. Adentrando nessa arena de disputa envolvendo grupos variados com objetivos distintos em relação a um mesmo território, Dona Máxima, ex-presidente da União de Moradores de Rio dos Cachorros, passa a buscar maneiras para comprovar o longo histórico de ocupação territorial da região, baseando-se, em primeiro lugar, na idade das pessoas *mais velhas* de Rio dos Cachorros que nasceram ali, seguindo também as falas ancoradas na memória e experiência de vida desses moradores, que se remetem a seus pais e avós; em outros povoados próximos a Rio dos Cachorros, como o Taim, os moradores passam a utilizar vestígios da cultura material como comprovantes dessa ancestralidade⁸. De modo geral, há a concordância de que a ocupação daquela área remete ao século XIX,

⁷Destacamos esses dois tipos de memória baseando-nos em *A memória coletiva*, obra de Halbwachs (2006, p. 23), por entendermos que, apesar de um indivíduo possuir sua trajetória de vida própria e a partir dela formular uma narrativa do que recorda individualmente, “não é o indivíduo em si ou alguma entidade social que recorda, mas ninguém pode se lembrar realmente a não ser em sociedade, pela presença ou pela evocação, portanto recorrendo aos outros ou a suas obras”.

⁸No Taim, segundo Silva (2009), a existência de artefatos como bolas e correntes de ferro remete ao período escravista, o século XIX.

período da escravidão e da resistência à escravidão, materializada nos quilombos⁹.

Esta é uma estratégia bastante significativa no âmbito das lutas políticas que objetivam a demarcação de territórios no Brasil, facilmente compreendida se visualizada a partir da conquista de outro grupo social noutra situação que, apesar de sua singularidade, também possibilitou a elaboração de novos elementos identitários no processo de disputa pelo território, ou seja, a demarcação de terras de quilombo. Dentre as doze comunidades cuja maioria dos membros optou pela necessidade de criação de uma reserva extrativista a fim de salvaguardar seus direitos territoriais, o Taim foi o povoado em que apareceu a construção discursiva de traços identitários referentes a vestígios ocupacionais de terras de ocupação indígena e africana. Segundo Silva (2009, p. 32):

[os moradores] descrevem como *povoamento* o momento anterior à presença de seus ancestrais no território e como *repovoamento* a ocasião em que se deu a instalação no povoado de pescadores, vindos do interior do Maranhão. Esses pescadores teriam dado origem à linhagem da qual descendem. O processo de povoamento é narrado como a memória *herdada* dos avós e refere-se à presença humana de negros de origem africana e de índios Tupinambá.

Além desse discurso ancorado na fala dos mais antigos, em histórias repassadas de pais para filhos, também se constatou a presença de vestígios arqueológicos, como expusemos anteriormente, o que o imaginário local¹⁰ associa diretamente à escravidão. O discurso, aliado ao vestígio material, seria a chave para a permanência daquelas pessoas nas terras compreendidas como Taim, já que, no campo político de disputa demarcatória, com as conquistas do movimento quilombola, essa identificação e sua prova seriam essenciais como meio de salvaguarda territorial.

A referida evocação à ancestralidade remete à discussão feita em

⁹Na primeira etapa do curso de Educação Ambiental executado pelo GEDMMA, uma das atividades finais foi uma pesquisa com os mais velhos relativa à história da comunidade. Num dos materiais originados encontramos o seguinte trecho: “A comunidade surgiu há mais de 200 anos, foi fundada em 1811 pelas famílias Rosa de Oliveira e Pires. A terra foi adquirida como dote na época da escravidão” (SEMINÁRIO TEMÁTICO DO PROJETO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL DO GEDMMA, NÚCLEO TAIM/RIO DOS CACHORROS, 2013).

¹⁰Entendemos *imaginário* como o corpus mental que perpassa todas as relações sociais, delimitando o campo de atuação dos indivíduos e grupos, apreensível a partir das representações que dele fazem parte e o “corporificam”. Não é, em contrapartida, um campo fixo que não pode sofrer modificações, pois os indivíduos e grupos têm suas próprias representações, contudo estas não fogem do imaginário de uma época, pois não se pode imaginar o que não está dado nas condições materiais de existência de um determinado momento histórico. Por meio dessas representações se acessa o imaginário, e este permeia a vida das pessoas. Esta definição básica baseia-se em autores como Franco Júnior (2010), Baczkó (1985) e Chartier (2011).

meados dos anos 1970 e 1980, que tratou da constituição de uma legislação que abarcasse a demarcação de terras de quilombo. A saber, para a demarcação de uma terra de quilombo, o fator principal é a ancestralidade de ocupação territorial, que perpassa, obviamente, uma construção discursiva. Com a escrita e efetivação do artigo 68 na Constituição de 1988, segundo Arruti (2003, p. 3), determinou-se que “[...] fica declarada a propriedade definitiva das terras ocupadas pelas comunidades negras remanescentes de quilombos, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos. Ficam tombadas essas terras bem como documentos referentes à história dos quilombos no Brasil”. Para este autor, a partir daí, cria-se um novo sujeito social ancorado numa legislação, cuja feitura perpassou as lutas sociais de legitimação tanto no interior do grupo social quanto na arena política brasileira. Essa formulação passou por várias modificações que tentavam dar mais consistência à criação das terras de quilombo demarcadas legalmente. Posteriormente, houve nova redação do texto, incorporando a expressão *antigos quilombos*.

Comunidades que se reconheciam como descendentes de quilombo passaram a lutar por seu reconhecimento enquanto tais, e outros grupos, entre os quais havia a possibilidade desse tipo de identificação, passaram a buscá-la como alternativa de assegurar direitos diversos, mas principalmente territoriais. Como enfatizamos anteriormente, nas comunidades da RESEX de Tauá-Mirim houve essa possibilidade no povoado Taim, mas não nas outras. Entretanto, mesmo em comunidades como Rio dos Cachorros, a questão da ancestralidade surgiu nos discursos, tendo como matriz aquela ancestralidade evocada pelas comunidades quilombolas.

Dessa forma, fica perceptível a necessidade de uma construção discursiva como ferramenta de luta, o que não deve ser considerado um falseamento da realidade, pois os agentes sociais buscam em suas vivências a formulação de estratégias de luta e sobrevivência e, se há uma possibilidade favorável ao ganho da disputa, a saída será analisada nos termos possíveis. Nem sempre aquela estratégia será utilizada inteiramente, mas talvez de forma parcial. Portanto, em Rio dos Cachorros, apesar de a memória individual não remeter a quilombos, na memória coletiva fala-se da fundação da comunidade no século XIX, tendo sido palco também da escravidão.

Conseqüentemente, os moradores entrevistados de Rio dos Cachorros, ao relatarem a história de fundação da comunidade, falam das terras dadas como

dote na época da escravidão. Quando dão um significado para o nome do povoado, dizem que, ao chegarem ao local, seu nome já era Rio dos Cachorros por haver um porto na comunidade onde morava uma família que criava muitos cachorros. A família, em determinado momento, foi embora e os cachorros ficaram, não permitindo a aproximação de outras pessoas àquela terra. Esta seria uma das narrativas da origem de Rio dos Cachorros, segundo moradores mais velhos, como o senhor Hilton Barbosa, o Seu Tenente (SEMINÁRIO TEMÁTICO DO PROJETO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL DO GEDMMA, NÚCLEO TAIM/ RIO DOS CACHORROS, 2013). Algumas pessoas, no intuito de dar corpo a essa narrativa, afirmam ainda terem visto os cachorros e apresentam marcas das mordidas que esses animais deram nelas, como prova de que isso realmente aconteceu. Tal situação seria improvável, mas a ênfase dada a esta narrativa chama nossa atenção, aparecendo como um elemento de confirmação da ancestralidade.

Vansina (1966) nos auxilia a compreender esta questão. Para este autor, várias histórias sobre origens de lugares contadas por indivíduos pertencentes a sociedades tribais no interior da África utilizam a si próprios como provas do que contam. Essa é uma prática comum em sociedades nas quais a expressão oral é mais presente ou a única presente. Em Rio dos Cachorros, apesar do grau de alfabetização de boa parte dos moradores, ainda há uma cultura da oralidade que perpassa as relações sociais, possibilitando a efervescência de histórias como essas. Alguns elementos da narrativa são comuns noutros contextos: a fazenda dada como dote que depois foi abandonada; o sujeito que ainda viu os cães, tendo a marca da mordida para comprovar. A essa narrativa aliam-se as histórias contadas de pai para filho que são transmitidas pelos mais velhos na atualidade. Não há a autoafirmação como quilombola, mas há a regressão aos tempos da escravidão.

Membros da comunidade Rio dos Cachorros, portanto, buscaram variados meios de legitimação de sua permanência territorial. Do discurso relativo a terras de quilombo, puderam utilizar as questões relacionadas à ancestralidade, associada às suas lendas e mitos locais, já que não possuíam os “vestígios”, como no Taim. Ao todo, a maioria dos membros das comunidades componentes da RESEX de Tauá-Mirim optou por buscar a criação de uma reserva extrativista, pois esta especificidade unia a todas as comunidades, mesmo cada uma tendo suas particularidades. Para lutarem por um território amplo, que possibilitasse

minimamente a permanência das doze comunidades, muitas outras demarcações possíveis – como a das terras de quilombo – foram deixadas para segundo plano.

Retornando a Rio dos Cachorros, aliada ao discurso da ancestralidade surge também a discussão da preservação ambiental. Aquelas pessoas, tendo como um de seus expoentes Dona Máxima, passam a afirmar que, ocupando ancestralmente o território, não o degradaram como fazem empresas recém-instaladas nas proximidades. Sua permanência no local, portanto, fez-se de forma harmônica desde o século XIX, tempo que a comunidade remonta como sendo o início da ocupação.

Além destas duas estratégias discursivas (o mito de origem e o discurso ambiental), apresenta-se uma terceira, relativa à experiência de vida dos mais velhos da comunidade. Para melhor compreensão desta discussão, realizamos algumas entrevistas com moradores mais velhos de Rio dos Cachorros, como as senhoras Maria Bárbara Pires Costa (Dona Babita, 81 anos), Dúlia Costa Veras (não informou a idade), Teodelinda Pires Costa (Dona Bebeta, 80 anos), Ieda Pires Vieira da Silva (70 anos), o senhor Hilton Barbosa (Seu Tenente, morador de Rio dos Cachorros há 70 anos), a senhora Maria Máxima Pires (Dona Máxima, 53 anos), ambos já referidos, e a senhora Esterlina Pires (95 anos). As quatro primeiras entrevistadas são tias da senhora Maria Máxima Pires, possuindo vínculo familiar mais próximo, e os outros dois entrevistados também possuem parentesco com estas senhoras; todas estas pessoas são consideradas *mais velhos* na comunidade.

Os questionamentos que orientaram as entrevistas ancoraram-se numa busca pela existência ou não de uma *memória da resistência*¹¹ em Rio dos Cachorros. Por conta do pleito para implantação da Reserva Extrativista de Tauá-Mirim, fica uma imagem de que todas as pessoas daquelas comunidades sempre pensaram sua existência como uma trajetória de luta e resistência. Percebemos que as gerações presentes têm, em grande medida, uma dimensão mais acurada do processo conflituoso e da potencialidade de suas forças. Contudo, tentamos compreender se as gerações passadas, ou seus representantes ainda vivos, pensam em suas vidas como trajetórias de resistência, já que sua trajetória e idade são consideradas ferramentas de confirmação do longo histórico de ocupação territorial.

¹¹Agradecemos ao professor Flávio Soares por ter definido este termo.

Para chegar à resposta deste questionamento, buscamos definir o que seria uma memória da resistência, ou seja, a memória de uma vida – ou a lembrança de fatos passados que certo indivíduo guarda na memória – num contexto de resistência, pensada como tal. O resultado foi amplo, diverso e multifacetado, tal qual a memória (BOSI, 1994).

Questionadas¹² sobre as impressões que têm do lugar chamado Rio dos Cachorros, todas as tias¹³ de D. Máxima afirmaram gostar muito desta terra, para elas um lugar especial, onde foram criadas, nasceram¹⁴ e formaram seus vínculos simbólico-afetivos. D. Babita afirmou que ama aquele lugar e não há outro melhor: *“Aqui eu acho bom, amo esse lugar, gosto muito, tenho 80 anos que morei aqui, nasci e me criei, criei dez filhos, [não tinha aqui esse nome] desse rio, que é aqui lá pra baixo, que é muito feio! [risos]”*.

Tal concepção de *lugar* pode ser entendida levando-se em consideração o que Little (2002, p. 10) chama de território. Distinguindo o “espaço” do “lugar”, o primeiro relativo a algo abstrato e genérico, o segundo associado a uma concreticidade e habitabilidade, a saber, “a noção de lugar também se expressa nos valores diferenciados que um grupo social atribui aos diferentes aspectos de seu ambiente [que é] função direta do sistema de conhecimento ambiental do grupo e suas respectivas tecnologias. [...] A noção de pertencimento a um lugar agrupa tanto os povos indígenas de uma área imemorial quanto os grupos que surgiram historicamente numa área através de processos de etnogênese e, portanto, contam que esse lugar representa seu único e verdadeiro *homeland*. Ser de um lugar não requer uma relação necessária com etnicidade ou com raça, que tendem a ser avaliadas em termos de pureza, mas sim uma relação com um espaço físico determinado. Todavia, a categoria de identidade pode se ampliar, à medida que a identidade de um grupo passa, entre outras coisas, pela relação com os territórios construídos com base nas suas respectivas cosmografias”.

Observando esta definição, percebemos que todas estas senhoras

¹²As falas descritas no decorrer deste tópico foram todas coletadas numa entrevista coletiva ocorrida em 21 de junho de 2013, em Rio dos Cachorros.

¹³Observamos que o grau de parentesco e a relação com Dona Máxima perpassam muitas das formulações discursivas das entrevistadas que, frequentemente, incorporam seu discurso, ressignificando-o de forma própria. Consequentemente, ressaltamos esta relação para delinear sua pertinência na construção discursivo-ideológica de uma memória da ocupação de Rio dos Cachorros.

¹⁴Nem todas nasceram em Rio dos Cachorros, mas em grande maioria, exceto D. Ieda, foram criadas lá.

referem-se ao passado, em grande medida, como tempos melhores, apesar de aparecerem em suas falas as melhorias do presente, como ônibus, luz elétrica e água. Segundo D. Babita, hoje ela sente como se estivesse na *cidade*. Em vários momentos ressaltam a importância de D. Máxima (sobrinha) na chegada dessas melhorias. Contudo, têm certo rancor em relação ao nome que o bairro possui atualmente. Segundo D. Máxima: *“Eram três famílias [...]: Barbosa, família Sousa e Família Pires. E aqui a grande maioria é a família Pires, que aqui onde nós estamos se chama Sítio Livramento, que é de propriedade da nossa família, entendeu? Então, quando houve... quando o governo do Estado em [19]98 veio dar aquele título de condomínio, houve uma reunião com os moradores e, nessa reunião, infelizmente, [es]tava pouca gente da família Pires, que era pra... no documento não podia ter vários nomes, então teria que ser escolhido um pra que denominasse o título, por exemplo, Rio dos Cachorros, né? E que Rio dos Cachorros é lá daqui da União [de moradores] pra lá, exatamente como minha tia tá falando. Livramento é da União até chegar ali na entrada, é..., do Piquizeiro, e de lá pra lá uma comunidade que se chamava Santo Antonio. [...] Eram três. E o que aconteceu: como eles eram a grande maioria do Rio dos Cachorros que participavam naquele momento do processo, aí foi feita uma reunião pra denominar, e eles eram maioria. [...] Aqui ficou um pouco insatisfeito algumas pessoas [...]”*.

A problemática dos nomes é significativa, pois, a nosso ver, tal questão acompanha a história de Rio dos Cachorros como uma marca da confusão toponímica. Em outras falas, como a do Seu Tenente, que é da família Barbosa, o bairro Rio dos Cachorros também é dividido em quatro locais, mas com os seguintes nomes: Rio dos Cachorros, Santa Cruz, Livramento e Santo Antonio. Já para o filho de D. Esterlina, Rio dos Cachorros – o bairro – é dividido em Santa Rita, Livramento e Rio dos Cachorros.

Procurando outros dados, encontramos que para a Vigilância Epidemiológica do Município, segundo o S. Farias¹⁵, do Ministério da Saúde, Rio dos Cachorros é um nome dado pela comunidade e, para o município, o nome do local é Santa Cruz, encaixado, ainda, na categoria *povoado*¹⁶. Para o ITERMA, órgão responsável pela “legalização” das terras, “[...] [a] área de terras denominada ‘**RIO DOS CACHORROS**’, [está] localizada no Município de São Luís – MA, medindo

¹⁵Superintendente da Vigilância Epidemiológica do município de São Luís.

¹⁶Dado obtido através de reunião ocorrida em 16.05.14.

393,6094 ha (Trezentos e noventa e três hectares sessenta ares e noventa e quatro centiares), encravado em imóvel de maior dimensão, intitulado Gleba 'A', compreendido no trecho Tibiri-Pedrinhas, aforado pela União do Estado do Maranhão, nos termos do Decreto nº 78.129/77, conforme matrícula nº 1.184-R-01, efetuado no Livro nº 2-C, às folhas 227, em 21/07/77, do Cartório do Registro de Imóveis desta Comarca [...]” (grifo no texto original)¹⁷. Para o IBGE, que leva em consideração o INCID (Instituto da Cidade) para realizar suas pesquisas e classificações, o bairro Rio dos Cachorros inclusive não é considerado Zona Rural, assim como o bairro Taim, que é próximo, pois todos os bairros que estão próximos à BR-135 são considerados Área Industrial, o que gera conflitos, pois se confronta com a demarcação própria que os moradores fazem daquela região. Frequentemente, da mesma forma que ocorre em Rio dos Cachorros, os limites são dados por componentes naturais, como árvores e rios, ou por componentes culturais, como casas de antigos moradores e espaços sagrados, como terreiros.

Pensando nas mudanças estruturais, D. Babita não deixa de delimitar que com o *progresso* vieram as mazelas, notadamente a violência e as drogas. Seu Tenente é bem enfático quando diz: “*Hoje a gente não pode nem sair de casa, muita violência [...]*”. Falando da chegada de empreendimentos, D. Babita e D. Bebeta afirmam: “*Os rios que não prestaram mais, depois que abriu essa estrada aí de ferro, eles entulharam a nascente do rio, é. Então, com isso, o que que aconteceu? Matou o brejo total [confusão de vozes]. Matou, acabou com a ‘puçaleira’, buritizeiro, essas coisas de brejo... Porque onde passa a erosão das matas, então, ficou só ferrugem. Ainda tem a água, ainda tem a água que corre [inaudível]. É o [inaudível]... água do brejo. Poço artesiano eu tenho dois aqui: a água é só ferrugem, não presta [...]*”.

Seu Tenente também imputa à estrada de ferro a mortandade de peixes que ele, como pescador, percebeu empiricamente. Questionado sobre isso, afirmou: “*[O rio] sofreu e ainda tá sofrendo, porque tá sendo muito poluído. Aí, o peixe de cima [...] não presta, camarão não presta, não! Aí, eu demonstro aí no Rio Grande, despejam sangue ali numa cisterna, aí quando [es]tá muito cheio – é só uma –, aí ele botou um cano [...] É só sangue de boi [...], isso acaba com o rio. [...] Do lado, era a Brahma, que [es]tá... de vez em quando ela solta [...] um produto que mata os peixes do rio, é caranguejo, siri, camarão, tudo. Tudo fica morto*”.

¹⁷Escritura pública de condomínio, Livro 112E, Folha 166V, Traslado 1º – inserções nossas e grifos próprios do documento.

O testemunho de D. Esterlina foi o que em menos houve fala da entrevistada, por conta de sua debilidade física derivada de um AVC. Contudo, esta entrevista foi a que mais marcou, pois esta senhora está com 95 anos. Se formos levar em consideração algumas informações dadas pelas tias de D. Máxima e por ela própria, podemos tirar um recorte temporal de nascimento de Rio dos Cachorros que, segundo eles, está no século XIX, período em que o pai de D. Babita, por exemplo, nasceu, ou o tempo em que os pais de D. Esterlina nasceram, sendo que o pai desta última nascera na Telha, localidade sempre referida em todas as entrevistas como um lugar próximo e originário de vários *mais velhos*.

Segundo D. Babita, elas – as irmãs Pires – são descendentes de Januário, que era do povoado Telha, tendo morrido aos 98 anos de idade. Ele se casou com Cecília Galvão Pires, cujos pais eram donos do Sítio Livramento. Os filhos deste casal nasceram em Rio dos Cachorros, foram os pais delas. Hoje, chega-se à quinta geração, que é a dos filhos, por exemplo, de D. Máxima. Segundo D. Babita e D. Bebeta, Seu Januário nasceu em 1881, pois ele contava que, quando houve a libertação dos escravos – Abolição da Escravatura, em 1888 –, tinha 07 anos de idade. Sua mulher, D. Cecília, de acordo com ambas, nasceu em Rio dos Cachorros.

D. Máxima, a sobrinha, tenta fazer um resgate histórico de Rio dos Cachorros a partir, como foi dito, da idade destas pessoas que afirmam ter nascido no povoado. Percebe-se que todas remetem ao século XIX como o século originário da comunidade. Contudo, verificando outras fontes de pesquisa, como mapas e alguns documentos, podemos inferir que os vestígios mais recuados no tempo daquele agrupamento populacional que originou o que hoje é denominado Rio dos Cachorros referem-se a uma localidade indígena situada no século XVII, o que apresentaremos a seguir

3 OCUPAÇÃO TERRITORIAL EM RIO DOS CACHORROS: século XVII

Buscando encontrar o passado oitocentista de Rio dos Cachorros, deparamo-nos, entretanto, com um tempo mais longínquo. Sendo de grande valia a pesquisa documental no seio da disciplina histórica, procuramos encontrar, em fontes variadas, a localidade compreendida atualmente como Rio dos Cachorros, por meio de mapas, tentando também verificar uma proximidade de termos a partir do levantamento da toponímia, além de observar em bibliografias do século XIX e XX (MARQUES, 1870; MENDES, 1868). Além da nomenclatura *Rio dos Cachorros*, que

pode referir-se tanto ao nome do povoado quanto ao nome do curso d'água próximo a ele, também encontramos nessa documentação termos referentes a povoados circunvizinhos, como *Taim* e *Tauá-Mirim*¹⁸. Na bibliografia encontramos as seguintes referências: no *Atlas do Império do Brasil*, de Cândido Mendes (1868), encontramos “Mapa: Território da cidade de São Luís – comunidade Rio dos Cachorros”; no *Dicionário Histórico-Geográfico da Província do Maranhão*, de César Augusto Marques (1870), arrolamos os termos *Divisão Eclesiástica* – Freguesia; São Joaquim do Bacanga; *Bacanga*; *Freguesia* – São Joaquim do Bacanga; localidades próximas (Pindoba, Mosquito); *Tauá-Redondo* – Localidade próxima; *Tauatinga* – Localidade próxima; *Estreito do Coqueiro* – Curso d'água Rio dos Cachorros; *Cachorros* – Curso d'água Rio dos Cachorros; referência à *Aldeia do Cachorro*; *Carema* – Referência à *farinha do rio dos Cachorros*; *Gado* – Referência a terras/ campo para gado próximas a Rio dos Cachorros (curso d'água).

Na documentação escrita oficial arrolada a partir do Projeto Resgate¹⁹, encontramos documentação variada com alguma referência a Rio dos Cachorros²⁰.

¹⁸Tal busca foi feita, pois levamos em consideração as relações muito próximas que membros destes povoados têm entre si na atualidade. Pensando num logo período de gestação cultural, elencamos a possibilidade de haver relações próximas nesses moldes também em tempos passados, daí a procura por termos referentes a comunidades próximas, principalmente aquelas que possuem, de alguma forma, grafia indígena, o que seria, provavelmente, reminiscência passada, a nosso ver.

¹⁹O Projeto Resgate, fomentado pelo governo português com a cooperação entre pesquisadores portugueses e brasileiros, foi executado a fim de digitalizar toda a documentação proveniente do Arquivo Histórico Ultramarino referente ao Brasil. O período dessa documentação compreende desde o século XVI até 1833, já que o Conselho Ultramarino incorporou a documentação produzida pelas instituições que o precederam. Segundo o que consta na página eletrônica do Projeto Resgate, “toda a documentação avulsa da série Brasil foi tratada. Os códices tratados compreendem os 435 constantes do inventário de Alberto Iria (*Inventário geral dos códices do Arquivo Histórico Ultramarino apenas referentes ao Brasil. (fontes para a história luso-brasileira)*). Lisboa: Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1966. Separata de *Studia*, n. 18, 1966, agosto). Os códices relativos a todas as conquistas foram acrescentados, pois todos contêm registros de documentos sobre o Brasil e também os códices que não constavam daquele inventário, compondo o total de 759 unidades. O Projeto Resgate cumpriu, portanto, a missão de resgatar todos os códices com interesse para o Brasil existentes no AHU”.

²⁰Estes foram os documentos estudados: AHU_ACL_CU_009, Cx. 50, D. 4894 – Ofício do Governador Joaquim de Melo e Póvoas para o secretário de Estado da Marinha e Ultramar; Martinho de Melo e Castro, sobre o início de obras da construção da passagem de São Joaquim, entre os rios Bacanga e Cachorro (31 de agosto de 1776, Maranhão); AHU_ACL_CU_009, Cx. 56, D. 5221 – Ofício do Governador e Capitão-General da Capitania do Maranhão e Piauí, D. Antonio de Sales e Noronha, para o secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro, pedindo um engenheiro para assegurar os trabalhos de ligação entre os rios Bacanga e Cachorro (07 de setembro de 1780, Maranhão); AHU_ACL_CU_009, Cx. 27, D. 2745 – Carta da Câmara da cidade de São Luís do Maranhão ao rei D. João V, sobre a abertura de um canal na Baía do Boqueirão, permitindo uma melhor navegação para o sertão da capitania (01 de setembro de 1742, São Luís do Maranhão); AHU_ACL_CU_009, Cx. 36, D. 3565 – Termo de Tomás Bequimão, sobre os lanços da nova passagem para o Rio dos Mosquitos (obs.: documentação incompleta; 27 de julho de 1755, São Luís do Maranhão).

Estes documentos, embora contenham pouca informação sobre o povoado Rio dos Cachorros, possibilitaram a visualização de contextos referentes à atualmente denominada Área Rural de São Luís, o que corroborou nossa percepção sobre as relações de troca entre membros dos povoados. Também arrolamos mapas referentes ao período que vai do século XVII ao XIX, sendo que os utilizados nesta pesquisa foram²¹:

- a) a Ilha do Maranhão no século XVII, em que aparece Rio dos Cachorros (o curso d'água). Fonte: Fundação Biblioteca Nacional (catálogo de mapas). Disponível em: www.catod.bn.br. In: CARDOSO, 2012: 131;
- b) Ilha do Maranhão, onde aparece *Aldeia do Cachoro*, de 1640, de João Teixeira Albernaz. Fonte: Bibliothèque Nationale de France, Gallica Bibliothèque Numérique. Disponível em: gallica.bnf.fr;
- c) Ilha do Maranhão, no qual aparece *Aldeia do Cachorro* próxima a Jurupaná, de João Teixeira Albernaz (1640?);
- d) Ilha de S. Luis do Maranhão, em que aparece Rio dos Cachorros (o curso d'água), de 1820, de Antonio Bernardino Pereira do Lago. Disponível em: <http://www.navioseportos.com.br>;
- e) Ilha do Maranhão, onde aparece Rio dos Cachorros (o curso d'água), de 1868. Fonte: MENDES, 1868.

Foram pesquisadas, ainda, cartografias que representassem o Maranhão em suas diferentes configurações históricas (Maranhão e Grão-Pará, Grão-Pará e Maranhão, Estado do Maranhão), e também o Brasil, que ao todo somam 69.

Significativamente, os mapas respectivos à ilha do Maranhão, nome oficial da Ilha que também é conhecida como Ilha de São Luís ou Ilha de Upaon Açu, foram mais úteis para a verificação da nomenclatura *rio dos cachorros* ou similares. Observamos quatro ocorrências: *R. do Cachorro* (item a), *Aldea do Cachoro* (item b), *Aldeia do Cachorro* (item c), *R. do Caxorro* (item d) e *R. dos Cachorros* (item e). Verificando outras nomenclaturas, como as apresentadas na tabela de verbetes da bibliografia consultada, entendemos que não apenas a área territorial compreendida como Rio dos Cachorros mas também outras áreas da Zona Rural de São Luís podem ter essa ocupação mais antiga. Encontramos mapas do século XVII onde já aparecem localidades como Tauá-Mirim e Itaqui que, sobrepostos aos mapas atuais,

²¹Por conta de alguns desses mapas terem sido encontrados em *sites*, suas referências às vezes são incertas. Desse modo, tentamos dar-lhes uma data aproximada.

localização das aldeias tupinambás do século XVII nas atuais terras ludovicenses, este autor relata que “Rio dos Cachorros não seria apenas aquela antiga fazenda em que o proprietário se mudou deixando os cachorros, mas seria um resultado do deslocamento de uma aldeia chamada Icatu, que se mudou da Ilha para o continente depois do início da relação com os portugueses, criando o atual município de Icatu. Porém, seu chefe, chamado de Cachorro Grande, ou um dos seus filhos, teria ficado na ilha e estabelecido uma aldeia, logo conhecida por Aldeia do Cachorro, assim como também ficou conhecido o nome do rio que fazia parte da aldeia²²”. E ainda:

[...] as aldeias *Eucatu* e *Carnaupió*, então situadas na Ilha, mudaram-se para o continente e deram origem aos municípios Icatu e Cajapió. Quando as aldeias mudavam, levavam consigo seus nomes. E isso explica por que a localização de aldeias como *Junipará*, *Januarem* e *Carnaupió*, muitas vezes, se confundem. Assim sua localização no mapa deve ser sempre flexibilizada. (SBRANA, 2015).

Rio dos Cachorros, portanto, não tem seu nome fixo, assim como não eram as aldeias tupinambás. Contudo, o que chama a nossa atenção é a relação que ainda hoje mantêm as pessoas de Rio dos Cachorros e Taim com Icatu (o município atual que carrega o nome da aldeia). Talvez um rastro?

Ainda a respeito dos nomes dos lugares, Araújo (2012) nos ajuda a compreender como os nomes indígenas eram modificados para nomes cristianizados, como Santa Cruz. Essa autora fala de uma *duplicação toponímica* que tratava de dar às novas vilas nomes de localidades que já existiam em Portugal, sendo esta uma alegoria expressiva do projeto civilizacional e civil que essas vilas deveriam espelhar. Além disso, também era um processo de eliminação dos nomes indígenas dos antigos aldeamentos para eliminá-los como *conceito*.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo buscou apresentar as distintas estratégias de resistência engendradas pelas comunidades da Zona Rural de São Luís, ameaçadas que estão, desde meados de 1970, por grandes empreendimentos, estando constantemente na iminência do deslocamento compulsório e do desmantelamento de seus modos de

²² Este trabalho – *Etnogênese e etnocídio: duas ou três coisas sobre o processo histórico de ocupação da área que compreende a autointitulada Reserva Extrativista de Tauá-Mirim* – foi apresentado no Seminário Interno de Pesquisas do GEDMMA, ocorrido nos dias 09 e 10 de julho deste ano. O texto citado é a transcrição da apresentação.

vida. Estas estratégias, a nosso ver, estão relacionadas ao momento histórico em que a luta está inserida, respondendo diferentemente à conjuntura, como tentamos demonstrar no momento em que explicitamos a busca por vestígios que remetessem à escravidão, uma das “provas” de existência de ancestralidade quilombola. E também procuramos afirmar que estas estratégias são válidas, pois construídas socialmente levando em consideração a realidade local do território e de seus moradores.

Mais ainda, tentamos demonstrar que a área rural de São Luís, especialmente Rio dos Cachorros, pode possuir um passado mais longínquo do que a memória oral e os vestígios arqueológicos encontrados demonstram. Nossa hipótese de ali ter sido um agrupamento indígena, ora *Januarem*, ora um deslocamento de *Icatu*, com seu chefe *Cachorro Grande*, o que ainda está em construção. Esta confusão de nomes pode ser compreendida, ainda, levando em consideração a leitura de Friedrich Nietzsche feita por Foucault (2013), segundo a qual ao se fazer um retorno às origens, o ser humano tenta encontrar sua figura presente, seu espelho. Contudo, quando mais fundo se chega ao passado, o ser humano depara-se com aquilo que ele quis ocultar, a saber, seu ancestral primevo, o macaco, sua origem multifacetada e multidirecional. Para nós – e este é o centro desta pesquisa –, a história das populações tradicionais do Maranhão é perpassada por dois momentos violentos que a marcam. O primeiro é aquele da chegada dos colonizadores, no século XVII, quando houve o massacre aos povos indígenas. O segundo é o momento em que há a escravização dos povos africanos e de seus descendentes a fim de trabalharem na Colônia. O primeiro massacre foi incisivamente perverso, a tal ponto que, em toda a história posterior, o indígena foi visto como o indivíduo a ser ocultado, esquecido, pois ele é considerado como a barbárie do passado antes da civilização. Desse modo, quando se lembra da violência passada, tende-se a lembrar do africano escravizado, mais próximo de nós porque os

vestígios de sua presença ainda são visíveis²³. Porém, ao fazer-se uma genealogia dos conflitos e dos massacres, mais se encontrará, no âmago da população maranhense, a figura do indígena, *fantasma que assombra este presente*.

Outras informações podem contribuir para nossa hipótese. Verificando os dados da Vigilância Epidemiológica do Município de São Luís²⁴, percebe-se que o povoado Rio dos Cachorros não é representado oficialmente por esse nome. Nos documentos de controle, aparece o nome do povoado como sendo Santa Cruz, e não Rio dos Cachorros. Dessa forma, buscando os rastros a partir dos restos (GAGNEBIN, 2010), para nós, a memória coletiva local preservou em si os nomes do passado indígena e não cristão, já que os moradores do povoado o reconhecem como sendo *Rio dos Cachorros*.

Ainda que a imposição civilizatória – dar nomes católicos a locais indígenas como Santa Cruz, Santa Fé, Todos os Santos, estratégia colonizatória de implementação da fé e leis católico-portuguesas – tenha buscado suplantando os vestígios dos povos primevos através da nomeação portuguesa dos locais, tal iniciativa não pôde apagar os resquícios do passado, embora aporuguesados, que prevalecem até o presente²⁵.

Com essas considerações, afirmamos que, ancorada numa luta do presente, a memória socialmente construída da maioria dos moradores da comunidade fala de uma origem fixada no século XIX, por diversos fatores já apresentados, relativos aos debates políticos de demarcação territorial. Entretanto, ao realizar busca nos registros documentais que se convencionaram chamar de *registros históricos*, a origem não é o que se apresenta. Concordando com Michel de Certeau (1982), o

²³Embora problemática, a classificação por raça feita pelo IBGE nos últimos censos demonstra que a maioria da população maranhense é negra. Superficialmente este seria um vestígio daquela presença mais recente dos descendentes dos sujeitos escravizados. Mas, para além disso, entendemos como um vestígio da presença africana no Maranhão, especificamente em São Luís, as práticas culturais de matriz africana, como os cultos afrobrasileiros que, se hoje são considerados como patrimônio imaterial pelo IPHAN, por muito tempo não foram vistos como religiões, mas como superstição, considerados demoníacos e feios. Esta presença é mais forte do que a presença indígena, já que este sujeito foi sendo eliminado, a ponto de seus poucos descendentes ainda hoje serem vistos como não humanos que devem ser afastados da civilização ou, quando aparecem no contexto citadino, devem ser compulsoriamente transformados em trabalhadores nacionais, não respeitando suas decisões próprias.

²⁴Em encontro com o Dr. Farias, supervisor da Vigilância Epidemiológica, foram obtidos estes dados. Reunião realizada em 16.05.14.

²⁵Muitos locais de culto anteriores à chegada dos europeus no novo continente foram apropriados pelos invasores e transformados em locais de culto cristãos, a fim de apagar o vestígio “pagão” por uma “santificação do templo”. Vários exemplos são encontrados nas narrativas de viajantes e cronistas, como D’Abbeville (2008) e D’Evreux (2008), no Maranhão, e Soustelle (1990) na América Espanhola.

recorte, a retirada brusca feita para a construção do novo discurso histórico, ressurge no contexto da narrativa, pois ao mesmo tempo em que é recorte cortado, também é cortante por sua força de ressurgência nas fímbrias do discurso²⁶. Quanto mais se buscam os escravos do século XIX na gênese da população maranhense empobrecida pelo capital, mais se encontra a *caricatura* disso: o indígena do século XVI, que é constantemente apagado da história brasileira através de mitos como o da Atenas Maranhense e da Fundação Francesa de São Luís, tão caros à elite local (LACROIX, 2001).

REFERÊNCIAS

- ACSELRAD, H. (Org.). **Conflitos ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: RelumeDumará; Fundação Heinrich Böll, 2004.
- ALMEIDA, A.W.B. Refugiados do desenvolvimento: os deslocamentos compulsórios de índios e camponeses e a ideologia da modernização. **Travessia**, p. 30-35, maio/ago 1996.
- A PELEJA do povo contra o dragão de ferro. Direção: Murilo Santos. [S.l.:s.n.], 2014. 1 DVD (1h10min). Seminário Internacional Carajás 30 anos.
- ARAÚJO, R.M. A urbanização da Amazônia e do Mato Grosso no século XVIII: populações civis, decorosas e úteis para o bem comum da Coroa e dos povos. **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, v. 20, n. 1, p. 41-76, jan./jun. 2012.
- ARRUTI, J.M.P.A. **O quilombo conceitual**: para uma sociologia do “Artigo 68”: Projeto Egbé – Territórios Negros (KOINONIA). [S.l.:s.n.], 2002.
- BACZKO, B. Imaginação social. In: EDMUND et al. **Anthropos-homem**. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985.
- BOSI, E. **Memória e sociedade**: lembranças de velhos. 7. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- CARVALHO, F.C. Ordenamento territorial e impactos socioambientais no Distrito Industrial de São Luis- MA In: SANT'ANA JÚNIOR, H.A. et al. **Ecossistemas dos conflitos socioambientais: a RESEX de Tauá-Mirim**. São Luís: EDUFMA, 2009.

²⁶Este é o *recalque*, abordado por Freud em *Moisés e o Monoteísmo* (1996). O recalque seria algo que foi ocultado no momento de elaboração de uma narrativa (um mito, por exemplo) e que pode ressurgir nos momentos de narração desta narrativa, por conta da sua força, já que foi retirado de forma brusca, embora tenha tido sua importância noutros tempos.

CHARTIER, R. Defesa e ilustração da noção de representação. **Fronteiras, Dourados**, v. 13, n. 24, p. 15-29, jul./dez. 2011.

D'ABBEVILLE, C. **História da missão dos padres Capuchinhos na ilha do Maranhão e terras circunvizinhas**. Brasília, DF: Senado Federal/Conselho Editorial, 2008.

DE CERTEAU, M. **A escrita da história**. Tradução M.L. Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

D'EVREUX, I. **Continuação da História das coisas mais memoráveis acontecidas no Maranhão nos anos 1613 e 1614**. Brasília, DF: Senado Federal/Conselho Editorial, 2007.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Tradução e organizador R. Machado. 27. ed. São Paulo: Graal, 2013.

FRANCO JÚNIOR, H. **Os três dedos de Adão**: ensaios de mitologia medieval. São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo, 2010.

FREUD, S. **Moisés e o monoteísmo, esboço de psicanálise e outros trabalhos**. Tradução J. Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

GAGNEBIN, J.M. **Lembrar escrever esquecer**. São Paulo: Ed. 34, 2006.

GISTELINCK, F. **Carajás, usinas e favelas**. São Luís: Minerva, 1988.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. Tradução B. Sidou. São Paulo: Centauro, 2006.

IBAMA/CNPT- MA. **Laudo sócio-econômico e biológico para a criação da Reserva Extrativista do Taim**. São Luís, 2007. Mimeografado.

JESUS, T.S.C. **Análise dos conflitos socioambientais em torno da constituição da Reserva Extrativista de Tauá-Mirim**. 2013. 53 f. Relatório (Iniciação Científica) – Grupo de Estudos: Desenvolvimento, Modernidade e Meio Ambiente, Curso de Bacharelado em História, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2013.

_____. **Violência, memória e resistência**: análise do conflito pela terra em Rio dos Cachorros, São Luís-MA (1970-2013). 2014. 100 f. Monografia (Graduação em Bacharelado em História) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2014.

LACROIX, M.L.L. **A fundação francesa de São Luís e seus mitos**. São Luís: EDUFMA, 2001.

LITTLE, P.E. **Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil**: por uma antropologia da territorialidade. Brasília, DF: UnB, 2002. (Série Antropologia).

MAGALHÃES, S.B. **Lamento e dor**: uma análise sócio-antropológica do deslocamento compulsório provocado pela construção de barragens. 2007. 278 f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Pará, Universidade Paris 13, Belém;

Paris, 2007.

MARQUES, C.A. **Dicionário histórico-geográfico da Província do Maranhão**. 1870.

MENDES, C. **Atlas do Império do Brazil**. 1968.

NEA/GEDMMA. Seminário temático do projeto de extensão universitária de educação ambiental do GEDMMA, Núcleo Taim/Rio dos Cachorros. São Luís: UFMA, 2013.

SANT'ANA JÚNIOR, H.A. et al. **Ecos dos conflitos socioambientais: a RESEX de Tauá-Mirim**. São Luís: EDUFMA, 2009.

SBRANA, D.R. **Entre reis, morubixabas, príncipes e principais: chefes tupinambá do Maranhão e terras circunvizinhas no tempo da aliança com os franceses (1612-1614)**. 2014. 170 f. Monografia (Graduação em Bacharelado em História) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2014.

_____. Etnogênese e etnocídio: duas ou três coisas sobre o processo histórico de ocupação da área que compreende a autointitulada Reserva Extrativista de Tauá-Mirim. São Luís, 2015. Seminário Interno de Pesquisas do GEDMMA. No prelo.

SILVA, S.C. **Filhos do Taim: estratégias para defesa e uso de um território**. 2009. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2009.

SOUSTELLE, J. **Os astecas na véspera da conquista espanhola**. Tradução E. Brandão. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

VANSINA, J. **La tradición oral**. Tradução M.M. Llongueras. Barcelona: Labor, 1966.